

# JORNAL DA FORÇA SINDICAL

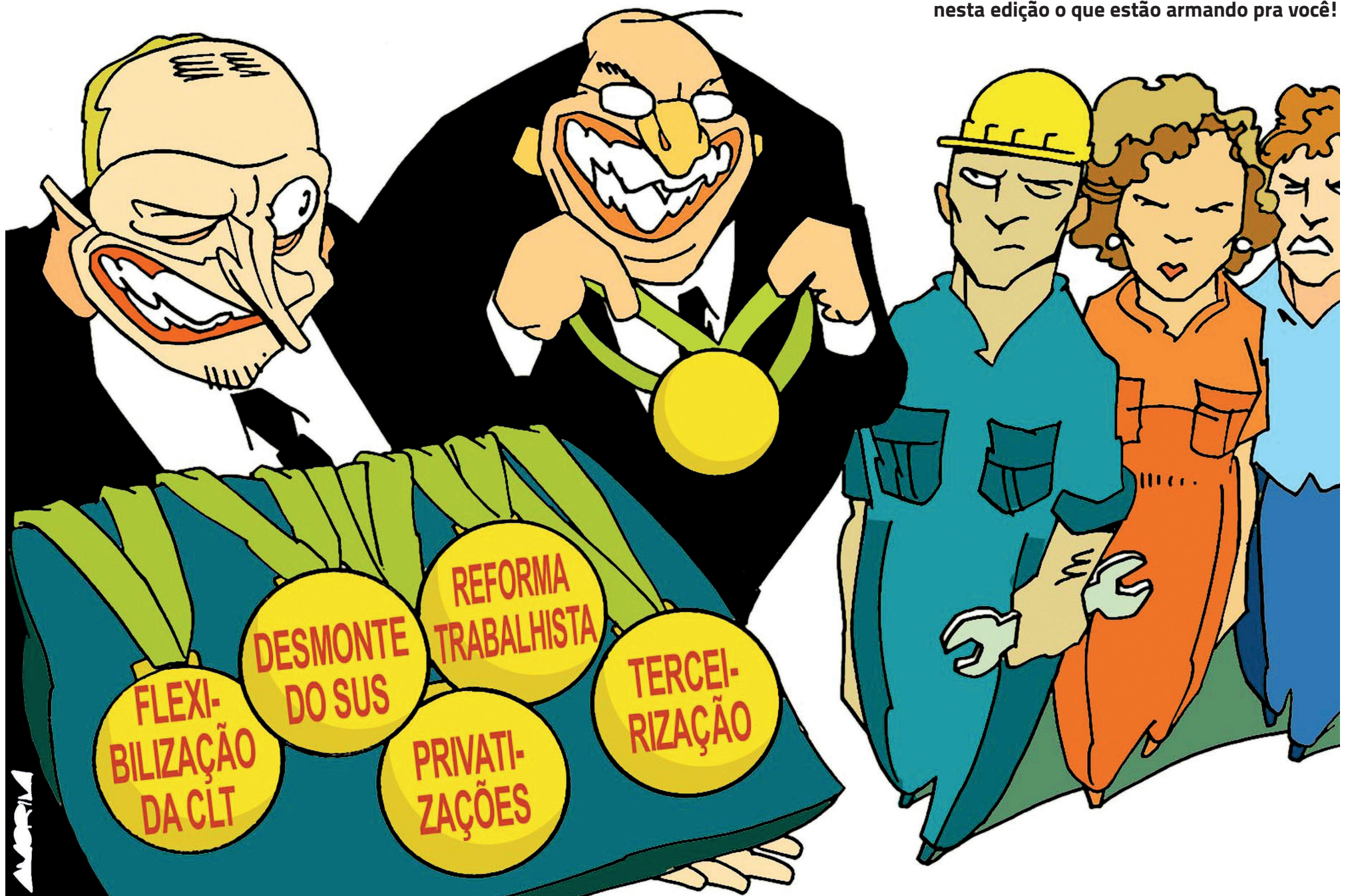
Órgão Informativo Oficial da FORÇA SINDICAL RJ  
ANO 7 • Nº 2 • AGOSTO 2016  
www.fsindicalrj.org.br

RIO DE JANEIRO



## Trabalhador, você não merece essas medalhas...

O governo interino prepara mudanças que pretendem acabar, definitivamente, com conquistas históricas dos trabalhadores. São medalhas em época de Olimpíadas que mais parecem boladas nas costas, daquelas que vão deixar você sem garantias, sem direitos e... sem ar. Se liga! Não vamos permitir jogo sujo! Entenda nesta edição o que estão armando pra você!





# “Ponte para o Futuro” ou Pacote de

Há tempos a Confederação Nacional da Indústria (CNI) tenta aprovar no Congresso Nacional uma centena de medidas que deixam o trabalhador sem proteção e totalmente à mercê da vontade do patrão. São medidas que enfraquecem os Sindicatos, flexibilizam direitos e atropelam a CLT. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), em levantamento feito no 1º semestre deste ano, já são mais de 50 os projetos de lei em tramitação no Congresso que ameaçam os direitos dos trabalha-

dores. A Força RJ já alertava em seu informativo de abril de 2016 que só fortalecendo o seu Sindicato, o trabalhador poderia barrar essas tentativas.

Para se ter uma ideia do que pretende a CNI, em evento do setor produtivo, com a participação do presidente Temer, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, revelou que quer uma reforma trabalhista para manter a indústria competitiva. “No Brasil, temos 44 horas de trabalho semanal. As centrais sindicais

tentam passar esse número para 40. A França, que tem 36, passou para a possibilidade de até 80 horas de trabalho”.

É a volta da escravidão, tenha você a cor de pele que for. Basta ser trabalhador...

Mudanças na Previdência Social estão vindo de cima pra baixo, sem discussão prévia com órgãos de controle social, muito menos com a classe trabalhadora. Outra mudança que surgiu no cenário no dia da Abertura das Olimpíadas foi a criação de um

## FLEXIBILIZAÇÃO DA CLT:

Quando o governo diz que “é fundamental que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais”, ele não quer fortalecer Sindicatos, mas favorecer o patrão, que faz o jogo sujo, com propostas indecorosas, que vão prejudicar, e muito, o trabalhador e precarizar as condições de trabalho. Quando estavam bem não dividiam o lucro com os trabalhadores; agora, querem retirar direitos?

## FIM DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO:

Acaba o reajuste do mínimo negociado e conquistado com as centrais sindicais, que garantiu aumento real de 76,5% nos últimos 10 anos e que diminuiu efetivamente a desigualdade social no país. O que eles querem é aumento salarial só para eles e, para nós, trabalhadores, penúria. Tudo isso se esconde dentro da proposta de que “outro elemento para o novo orçamento tem que ser o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais”.

## ENXUGAR A MÁQUINA

Aí cabem Desvinculações da União (DRU), a terra mão de obra, além da dívida ativa da União e outros temas. Uma das aprovada na Câmara, a DRU, aumenta de 20% desvinculação de recursos a áreas como educação, previdência, assistência de tal modo que a União para aplicar esses recursos quiser, inclusive para o superávit primário. Para quem? O capital, os trabalhadores? Nunca a força do t

## AJUSTE FISCAL:

Não confundir com reforma tributária. Ao congelar os gastos governamentais por vinte anos, atribui às despesas sociais (educação, saúde, previdência e seguridade) e com o funcionalismo a responsabilidade pelo problema fiscal do país, ignorando solenemente os custos do governo com juros e amortizações, os verdadeiros responsáveis pelo déficit público. Esse ajuste só atende aos interesses do mercado, especialmente o financeiro, e vira as costas para o interesse nacional e dos mais pobres.

**“Se aprovada a agenda, os reflexos negativos sobre o emprego público, o interesse dos trabalhadores, servidores públicos, com prejuízo para os aposentados, serão inestimáveis. O eleitorado amplo, polêmico e complexo, o povo mobilizado será pelo Congresso e evitar esses**



# e Maldades contra o trabalhador?

Grupo de Trabalho para discutir projeto de “plano de saúde acessível”, com prazo, no máximo, de 120 dias para apresentar suas propostas. No mesmo dia, o Conselho Federal de Medicina, repudiou a medida do ministro da Saúde, Ricardo Barros. “A autorização da venda de ‘planos populares’ apenas beneficiará os empresários da saúde suplementar, setor que movimenta R\$ 180 bilhões por ano, de acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Se implementada, esta proposta não trará solução para

os problemas do SUS”, disse o órgão representativo e de fiscalização dos médicos.

Ninguém fala em reforma tributária ou em diminuir impostos, mas em “ajuste fiscal”. E, se pagamos impostos para ter direitos sociais como educação, saúde, transporte, segurança, saneamento e tantos outros mais previstos na Constituição Federal, através de serviços públicos e de qualidade, para onde vai nosso dinheiro, se a discussão é privatizar tudo, um a um, tais serviços?

A Força Sindical RJ é contra a terceirização da atividade fim e não compactua com a privatização de serviços públicos, que são direito do cidadão e dever do Estado. Também não permitirá que direitos dos trabalhadores sejam rasgados ou apagados, em nome de um “futuro promissor” e da volta do crescimento. Promissor para quem? Para o trabalhador é que não é!

Vejam as “medalhas” que querem nos entregar. Não são premiações, mas ataques à nossa honra e dignidade! Confira:

## ABERTURA COMERCIAL:

“Realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes”. Continua a desenfreada desindustrialização e a desvalorização da produção nacional. Prova disso é a proposta de retirar a Petrobras da condição de operadora única bem como eliminar a obrigatoriedade de participação com, no mínimo, 30% nas novas descobertas do pré-sal, entregando o nosso petróleo às multinacionais do setor. Se aprovado o projeto do pré-sal, o próximo passo será o fim do regime de partilha e a eliminação do conteúdo local, duas conquistas em defesa do interesse nacional, da geração de empregos e do desenvolvimento das cidades produtoras.

## PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA:

No caso da reforma da Previdência, por exemplo, estão previstas, entre outras mudanças, o aumento da idade mínima para efeito de aposentadoria, entre 65 e 70 anos; redução da pensão, que passará a ser de 60% do benefício, mais 10% por dependente; unificação do tempo de serviço e de contribuição entre homens e mulheres; revisão das aposentadorias especiais, e sem qualquer transição para quem tenha menos de 50 anos de idade, mesmo que já tenha mais de 30 anos de contribuição. Eles querem empurrar o trabalhador para os planos privados. Sem contar que nem se fala em concurso público para o INSS, maior reivindicação dos servidores da Previdência, eles mesmos sem direito à aposentadoria, sob pena de achatamento salarial.

## PRECARIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL:

Ao propor “promover a racionalização dos procedimentos burocráticos e assegurar ampla segurança jurídica para a criação de empresas e para a realização de investimentos, com ênfase nos licenciamentos ambientais que podem ser efetivos sem ser necessariamente complexos e demorados”, abre-se brecha para a expansão de latifúndios e do agronegócio sem o “entrate” da preservação do meio ambiente. Agricultura familiar, pequeno produtor, sobrevive como? Boa pergunta...

## NA ESTATAL:

o de Receitas  
ceirização de  
securitização  
ção, dentre  
propostas, já  
PEC 31/16, da  
para 30% a  
os destinados  
ção, saúde,  
a social etc.,  
ão fique livre  
sos como bem  
a geração de  
ra beneficiar  
panqueiros.  
trabalho.

*da proposta, seus  
bre o patrimônio  
e nacional, os  
ores e os serviços  
ra toda a sociedade,  
enço, como se vê, é  
plexo. Somente com  
possível pressionar o  
retrocessos” - DIAP*





## Editorial

## No rumo certo



Da estagnação ao assombro. Trabalhar 80 horas? Terceirização da atividade fim? Mudanças nas regras do auxílio doença e da aposentadoria por invalidez? Não bastasse a ameaça constante da flexibilização da CLT sobre nossas cabeças, uma MP agora quer que o trabalhador volte ao trabalho em no máximo 120 dias, tenha ele a doença que for. Que país é esse?

Mais uma vez, aquele que constrói a riqueza do Brasil é quem vai para o sacrifício, tendo que pagar a conta da corrupção, da má gestão e dos desmandos. Isso é inadmissível!

Agora, a valorização do salário é um problema, mas as altas taxas de juros, não. Até quando teremos governos a serviço da especulação financeira e dos banqueiros? São as altas taxas de juros que inibem o investimento. Quem vai investir na produção num país onde a taxa de juros beira 15%?

Os supermercados voltaram a usar com frequência aquela maquininha de remarcação de preços, que o trabalhador conhece tão bem. Ela é movida por uma inflação crescente, que corrói nossos salários e nosso poder de compra.

Mexer na aposentadoria e na Previdência Social é outro crime contra a sociedade brasileira. Vamos ter que trabalhar mais (e sob que condições?) para garantir uma aposentadoria melhor.

Não podemos nos deixar enganar nem acreditar que os louros da vitória virão sem nossa mobilização e luta. As centrais sindicais estão unidas, mais uma vez, em defesa dos direitos e das garantias trabalhistas. Estão mobilizadas, dizendo em claro e bom som que não vamos permitir retrocessos.

Todos os Sindicatos da Força Sindical do Rio de Janeiro estão mobilizando suas bases para a luta, em prol da classe trabalhadora.

As centrais tiraram, acima de suas diferenças, uma pauta unificada, que, na visão do trabalhador, é o rumo que o país deve trilhar em busca da volta do crescimento. Este é o rumo certo! Qualquer proposta diferente do que defendemos só vai aprofundar a desigualdade social e ferir, ainda mais, a dignidade do cidadão brasileiro.

Carlos Pascoal Fidalgo  
Presidente

## Propostas das centrais sindicais:

## PAUTA TRABALHISTA

- Redução da taxa de juros que viabilizem a retomada do crescimento industrial
- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários
- Retomada do investimento público e privado em infraestrutura produtiva, social e urbana, ampliando os instrumentos para financiá-la
- Retomada e ampliação dos investimentos no setor de energia, como petróleo, gás e fontes alternativas renováveis, em especial a Petrobrás e o Pré-Sal
- Destramamento do setor de construção, através de instrumentos institucionais adequados, que garantam a manutenção das atividades produtivas e dos empregos nas empresas do setor
- Criação de condições para o aumento e manutenção da produção e das exportações da indústria de transformação
- Adoção e aprofundamento de políticas que sustentem o setor produtivo, de adensamento das cadeias de produção e reindustrialização do país, com contrapartidas sociais e ambientais
- Incentivos às políticas de fortalecimento do mercado

interno para incrementar os níveis de produção, consumo, emprego, renda e inclusão social

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Revisão das isenções das entidades filantrópicas\*
- Criação de Refis (programa de Recuperação Fiscal que garante condições especiais para empresas que têm dívidas) para a cobrança dos R\$ 236 bilhões de dívidas ativas recuperáveis com a Previdência Social\*
- Destinação à Seguridade/Previdência das receitas fiscais oriundas da regulamentação dos bingos e jogos de azar\*
- Venda de imóveis ociosos do INSS\*
- Revisão ou fim das desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento das empresas
- Fim da aplicação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre o orçamento da Seguridade Social

- Melhoria da fiscalização da Previdência Social, por meio do aumento do número de fiscais em atividade e aperfeiçoamento da gestão e dos processos de fiscalização
- Revisão das alíquotas de contribuição para a Previdência Social do setor do agronegócio
- Recriação do Ministério da Previdência Social
- Concurso público

\*Propostas das centrais sindicais já acatadas pelo governo. Resta colocá-las em prática.



## Expediente:

**Força Rio** é uma publicação da Força Sindical do Estado do Rio de Janeiro. Rua Silvino Montenegro, 88, 88-A - Gamboa - Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.071-902. Tel.: (21) 2233-1450 / 2253-5451.  
fsindicalrj@fsindicalrj.org.br  
<http://www.fsindicalrj.org.br>  
<http://twitter.com/fsindicalrj>  
<http://youtube.com/fsindicalrj>

<http://facebook.com.br/fsindicalrj>  
Presidente: Carlos Alberto Pascoal Fidalgo  
Secretário de Imprensa e Comunicação: Marcelo Peres - [imprensa@fsindicalrj.org.br](mailto:imprensa@fsindicalrj.org.br)  
Jornalista responsável: Rose Maria (MTb -RJ -17070/78/21) - [assessoria@fsindicalrj.org.br](mailto:assessoria@fsindicalrj.org.br)  
Programação visual: Eiras Comunicação e Marketing Ltda.  
Ilustrações: Carlos Amorim